

## Cajueiro Seco: habitação, cidadania e pobreza\*

### Telma de Barros Correia

Arquiteta, professora livre docente e pesquisadora do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da USP São Carlos, Avenida Trabalhador São-carlense, 400, CEP 13566-590, São Carlos, SP, (16) 3373-9294, tcorreia@sc.usp.br

\* *Reconstruindo Cajueiro Seco: arquitetura, política social e cultura popular em Pernambuco (1960-64)*", de autoria de Diego Beja Inglez de Souza, São Paulo, Annablume/FAPESP, 2010.

Uma moradia segura em termos de posse e de condições de higiene e segurança, capaz de atender plenamente ao requisito mais elementar de uma casa – ser um abrigo estável –, constitui-se em condição elementar de inserção digna na cidade e na sociedade. Conciliar o acesso do pobre a esta moradia com a carência de meios e a desigualdade de distribuição de recursos que têm acompanhado a constituição de nossas metrópoles, tem sido um desafio monumental, com o qual têm se defrontado administradores e especialistas.

Diferentes estratégias têm sido mobilizadas para fazer frente ao imenso desafio, desde que a moradia urbana precária foi identificada como uma questão que merecia atenção. Algumas vezes a atenção dispensada configurou-se em intervenções violentas nos locais precários habitados pelos pobres, destruindo cortiços e favelas, em nome da higiene, do direito de propriedade ou da segurança do morador. Outras vezes esta atenção veio na forma de conjuntos residenciais subvencionados, voltados a uma parcela pequena do público alvo. Outras medidas empenharam-se em ampliar o alcance da ação, buscando estender a um número significativo de pobres a garantia de algumas condições mínimas de moradia, regularizando a propriedade da terra e proporcionando condições de infraestrutura básicas. Algumas vezes se mobilizou a população atingida para com sua mão de obra e esforço coletivo, colaborar com o Estado e com os especialistas por ele contratados, na construção de uma moradia barata e segura. Experiências desta natureza têm gozado de grande legitimidade junto a profissionais e pesquisadores do tema, tanto pelo potencial alcance social, quanto pelo aceno à inclusão do morador na solução de seu problema habitacional

e à cooperação entre usuários e entre eles, o Estado e os especialistas.

Cajueiro Seco é um exemplo do fascínio que esta natureza de ação tem despertado nos últimos 50 anos entre arquitetos brasileiros. Trata-se de um conjunto erguido no sul do Recife por iniciativa do governo do estado, ocupado por população relocada de terras de interesse para a preservação histórica, situadas no Morro dos Guararapes, palco de batalhas com os holandeses. O terreno em Cajueiro Seco foi adquirido e loteado pelo governo estadual através do Serviço Social Contra o Mocambo, o qual também promoveu a relocação das famílias, financiou a compra de materiais de construção e coordenou a urbanização da área. A proposta – implementada muito parcialmente devido ao Golpe de 1964 – era que as casas fossem erguidas com mão de obra da população através de mutirões, segundo seus gostos e necessidades e orientação de engenheiros e arquitetos contratados pelo governo, através de processo de autoconstrução e de utilização de um sistema construtivo de pré-fabricação em taipa, concebido pelo arquiteto Acácio Gil Borsoi.

Esta experiência de ação pública no campo da moradia popular, com projeto de arquiteto e mão de obra de moradores, acenava com possibilidade de uma nova e mais abrangente ação dos arquitetos no Brasil. Tal possibilidade era alvo de grande interesse, ao coincidir com um momento no qual o debate acerca da função social do arquiteto envolvia a categoria, que gozava de prestígio profissional crescente, mas recebia encomendas restritas ao Estado, empresas e a um segmento culto e limitado das elites. O interesse pela experiência também se vincula à sua inserção no âmbito das realizações

no campo das políticas sociais promovidas pela primeira gestão de Miguel Arraes no Governo de Pernambuco, no início da década de 1960.

O livro “Reconstruindo Cajueiro Seco: arquitetura, política social e cultura popular em Pernambuco (1960-64)”, de autoria de Diego Beja Inglez de Souza – originado de dissertação de mestrado desenvolvida na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, sob a orientação do Professor José Tavares Correia de Lira -, se constitui em uma importante contribuição para uma compreensão mais ampla desta experiência e de seu significado no âmbito do debate e das propostas de ação no campo da moradia popular no Brasil. Trata-se de um trabalho fundamentado em pesquisa de fôlego, baseada em um esforço de busca de informações primárias - entrevistas, pesquisa em jornais e em arquivos – e em leituras de uma vasta e pertinente bibliografia. Um pequeno reparo que merece ser feito diz respeito a falhas na revisão do texto pela editora.

Ao autor não interessa “construir uma genealogia, enfatizar algum suposto pioneirismo”, mas “abrir caminho para uma análise crítica do episódio de Cajueiro Seco, nutrindo-se para isso da leitura das experiências contemporâneas e analisando posteriormente seus desdobramentos, enxergando pequenas especificidades e muitas ressonâncias em torno de uma ideia que parece e pareceu, em distintos contextos, a mais simples e óbvia para lidar com um problema dos mais complexos” (SOUZA, 2010, p. 81-82).

Com este propósito, o autor procede a uma leitura de Cajueiro Seco a partir de suas relações com a política e a cultura local e com os debates e realizações acerca da moradia popular no campo da arquitetura.

Assim, aborda as Ligas Camponesas, a aliança política configurada pela Frente do Recife, a ação da SUDENE, da Aliança para o Progresso, da USAID e do IBAD. Aborda as políticas adotadas no campo da habitação e da cultura, onde salienta o papel conferido ao povo nas formulações e na definição de ações a serem implementadas. Salienta, neste sentido, o papel do Movimento de Cultura Popular, a ação de intelectuais como Paulo Freire, Abelardo da Hora e Eduardo Coutinho e a crença difundida em meios intelectuais no potencial do povo como

força transformadora e como produtor de expressões artísticas genuínas. No campo da habitação, enfatiza a ação do Serviço Social Contra o Mocambo e de arquitetos como Artur Lima Cavalcanti e Gildo Guerra, o plano habitacional pernambucano de 1962 e sua referência à autoajuda como meio de provisão habitacional e a ênfase conferida na época por Miguel Arraes à participação do pobre na definição das características da moradia a ele destinada.

Na abordagem da questão da moradia popular, recupera algumas experiências internacionais participativas, assim como as discussões no âmbito do IAB e de eventos como o Congresso da UIA em Havana e o Seminário de Habitação e Reforma Urbana. Discute a politização crescente dos arquitetos da América Latina e o movimento de aproximação da categoria com a questão da habitação social. Aborda experiências, como o Conjunto PREVI em Lima, articulando arquitetura moderna e mão de obra dos usuários. Discute o entusiasmo então despertado pela ideia de construir não só “para o povo”, mas também “com o povo” e como, nesse sentido, se valorizou a autoajuda, a participação ou autogestão, o desenvolvimento progressivo da unidade habitacional no lote, e a inclusão do saber e dos desígnios do usuário na moradia. Mostra como tal postura envolveu um reposicionamento do arquiteto, que questiona a validade da concepção da autonomia de sua ação diante do saber popular.

O autor detém-se no estudo dos discursos, dos conteúdos sociais e das práticas projetuais e construtivas adotadas em Cajueiro Seco, em um momento onde “o arquiteto de formação modernista repensa seus conceitos”, colaborando na “formulação de um programa habitacional paradigmático” (SOUZA, 2010, p. 82). O livro mostra como o plano de Cajueiro Seco “pouco destoa das soluções convencionais de loteamentos em terrenos planos” com lotes individuais (SOUZA, 2010, p. 266). Investiga a solução em pré-fabricação em taipa adotada nas moradias, assim como o processo de autoconstrução e a forma de ocupação do local. Mostra, neste sentido, como foram concebidos por Borsoi um número reduzido de componentes modulares, via procedimento de decomposição e redesenho dos componentes da construção. Planejava-se que estes componentes fossem produzidos pela cooperativa de materiais de construção e postos à disposição dos

moradores para com eles desenharem e erguerem suas casas. A brusca interrupção da experiência pelo Golpe Militar de 1964, é avaliada tanto em termo de seus efeitos na implementação da experiência, quando do ponto de vista do lugar emblemático que passou a ocupar no imaginário de setores da sociedade brasileira.

O livro mostra como a política de habitação do Governo Arraes e a experiência de Cajueiro Seco se constituíram em referências importantes da política habitacional nacional que estava sendo formulada na ocasião. Nos seus momentos iniciais de implantação, Cajueiro Seco foi apresentado e

muito discutido no Congresso da UIA em Havana e no Seminário de Habitação e Reforma Urbana, além de ter sido objeto de muitas referências na imprensa local. Posteriormente teria um lugar especial na historiografia de arquitetura como exemplo de inclusão do usuário e de sua mão de obra em programa de habitação. O papel relevante desempenhado por Cajueiro Seco nestes dois momentos torna necessário que seja ampliada e aprofundada a reflexão sobre a experiência, especialmente considerando a atualidade no Brasil dos debates em torno dos temas do mutirão e da autogestão. O livro de Diego Beja Inglez de Souza é uma louvável iniciativa neste sentido.